

A IMAGEM DO ÍNDIO AMAZÔNICO: A SOCIODIVERSIDADE INDÍGENA E OS PRINCIPAIS PRECONCEITOS ONTEM E HOJE

Cicinato Mendes da Silva¹

Conselho Estadual de Educação do Tocantins– CEE/TO

RESUMO

Este artigo tem como objetivo, refletir sobre a imagem do índio Amazônico em nossa sociedade, apresentando a dificuldade de compreensão que acompanha toda a história das relações entre índios e não-índios no Brasil, bem como o preconceito que ainda persiste sobre a imagem do índio. Também faz parte das discussões, a temática da sociodiversidade, imprescindível para a continuidade sociocultural e qualidade da vida das populações indígenas. O caminho metodológico foi o analítico sintético em que nos propusemos avaliar, frente à bibliografia disponível, a questão do Panorama histórico - político e cultural da imagem Indígena no Brasil - da sócioidiversidade às raízes do preconceito. Observa-se, por meio das investigações, que os povos indígenas continuam sendo considerados como se ainda vivessem no passado. São vistos como preguiçosos, incapazes e inferiores.

Palavras-Chave: Imagem indígena. Sócioidiversidade. Preconceito.

INTRODUÇÃO

Por mais de 500 anos, os povos indígenas no Brasil sofreram o processo colonizador como vítimas. Nesse período houve escravização, catequização, miscigenação e dizimação. O contato com o branco, desde o início da colonização, sempre foi prejudicial ao índio, provocando perda das terras e dos valores culturais.

Essa, infelizmente, foi a fase inicial de nossa história, perpassando o Império e boa parte da República. A ocupação do litoral e Sul do país pelos imigrantes europeus foi

¹Licenciatura Plena em Filosofia – Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras. Especialização em Administração Escolar pela Universidade Salgado de Oliveira Filho, RJ; Especialização em Filosofia da Existência pela Universidade Católica de Brasília-DF; Presidente do Conselho Estadual de Educação do Tocantins. E-mail: cicinatosilva@uol.com

realizada com o sacrifício de inúmeros povos e da mesma maneira ocorreu a expansão das fronteiras econômicas no Oeste, Norte e Centro – Oeste do País.

O antropólogo Ricardo Verdum, assessor de políticas indígenas, em seu artigo “Povos Indígenas no Brasil: o desafio da autonomia”, faz a seguinte reflexão. Não obstante ter se passado mais de vinte anos desde quando foi aprovada a atual Constituição, que incluiu um capítulo específico relativo aos direitos dos povos indígenas:

O que se percebe hoje é que nenhum dos governos que se sucederam, ao longo desses anos, implementou mudanças significativas nas práticas e estruturas político-administrativas do aparato de Estado, em particular na direção da transformação do Estado brasileiro num Estado Plurinacional. O respeito ao direito interno de autonomia política desses povos e a reestruturação territorial do Estado não integra nem mesmo a agenda dos partidos políticos “progressistas”. (VERDUM, 2010).

O antropólogo está coberto de razão, concordamos com ele, nesta reflexão, porque, quando muito, foi aceito apenas um multiculturalismo, digamos, “bem comportado”, que se ocupa da diversidade, enquanto diferença cultural, dentro de determinado espaço, ao mesmo tempo em que repudia ou deixa de lado diferenças econômicas e sociopolíticas.

Contudo, apesar dos enormes sacrifícios e dificuldades, os povos indígenas têm se organizado e lutado contra todo tipo de violência explícita ou simbólica, que tem em muitos casos adquirido caráter institucional, mesmo a custa da discriminação, das perseguições, ameaças de morte, prisões arbitrárias e assassinatos de valentes guerreiros.

Este presente artigo tem como propósito, refletir sobre a imagem preconceituosa que a sociedade possui com relação aos índios, que ainda persiste em nossa sociedade, devido ao desconhecimento da realidade e da sócio-diversidade indígena. As pesquisas foram pautadas em referenciais bibliográficos que contribuiriam para aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre o tema.

1. O ÍNDIO NO BRASIL

Falar de índios no Brasil significa falar de uma diversidade de povos, habitantes originários das terras conhecidas na atualidade como continente americano. São povos que já

habitavam há milhões de anos essas terras, antes da invasão européia. Segundo uma definição das Nações Unidas de 1986.

As comunidades, os povos e as nações indígenas são aquelas que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos. (FAUSTO, 2000, pg 125).

Os antropólogos afirmam que as populações indígenas, de acordo com as regiões e etnias, se organizaram de diferentes formas para prover suas necessidades básicas.

Criados em um meio social específico, aprendemos a pensar de acordo com idéias, valores e princípios desse meio e a nos comportar segundo as normas sociais que aí prevalecem. Por isso, achamos difícil compreender outras formas de organização da sociedade, principalmente as indígenas.

Os portugueses quando aqui chegaram, no século 16, encontraram povos cujos costumes e modos de vida eram muito diferentes. Para tentar entendê-los, os recém-chegados começaram por comparar com aquilo que lhes era familiar. Perguntaram-se o que eles tinham que os índios não tinham. E uma das conclusões a que chegaram é que os índios, como escreveu o cronista português Pero de Magalhães Gandavo (1576), não têm “fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente”.

As diversas formas de organização da sociedade não são, em si, melhores ou piores; podem ser mais ou menos complexas, ou envolver um número maior ou menor de pessoas.

A imagem do índio, sobretudo o amazônico, como símbolo de uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza, é produzida tanto por setores ambientalistas, como pelos indigenistas, afirma a maioria dos antropólogos.

Grande parte das sociedades indígenas contemporâneas é caracterizada como igualitária e sem poder coercitivo. Entre os indígenas não há classes sociais como a do homem branco. Todos têm os mesmos direitos e recebem o mesmo tratamento. A terra, por exemplo, pertence a todos e quando um índio caça, costuma dividir com os habitantes de sua

tribo. O trabalho na tribo é realizado por todos, porém possui uma divisão por sexo e idade de cada um dos integrantes da aldeia. Não há propriedade privada da terra, nem exclusividade de acesso a recursos. O chefe não tem poder de vida e morte sobre os membros do grupo, exercendo antes uma autoridade moral do que a coerção física.

Aplica-se esse conjunto de características a maioria dos povos indígenas amazônicos, em especial aos que vivem nas fronteiras das Guianas, como os Tirió, Yekuana, Wayana, Pemon, Piaroa e Waiãpi. Todas as famílias são capazes de assegurar a própria subsistência. Considerando que o objetivo do trabalho é a subsistência, a produção familiar não tende a obter excedentes, raramente permite-se a estocagem ou a acumulação.

Os índios trabalham muito, e desenvolvem atividades bem diversificadas. Coletar alimentos na mata, plantar, caçar, construir casas, viajar com seus pertences nas costas. Todas essas tarefas exigem um intenso esforço físico. Não há, como entre nós, um horário para comer, um horário rígido para trabalhar e assim por diante. Os índios trabalham todos os dias, todos os meses do ano, mas só trabalham quando necessário. Tudo pode ser produzido no momento em que for necessário.

Todos contribuem para o provento necessário à família e à comunidade. A divisão do trabalho é feita da seguinte forma: alguns trabalhos são realizados pelos homens e outros competem às mulheres. Essa forma de divisão varia, de um povo para outro. De modo geral, cabe aos homens a derrubada da mata para preparar a roça, a busca de materiais e a construção de casas, caça, a pesca, a coleta de materiais e a confecção de artefatos.

As crianças, por sua vez, começam a aprender na prática, desde pequenas, as atividades que irão desenvolver na vida adulta, acompanhando os pais nas tarefas cotidianas. Os casamentos são celebrados, preferencialmente, dentro e entre membros da própria aldeia.

Para os povos que habitam no Parque Indígena do Xingu, a autoridade do líder de aldeia não depende apenas de suas capacidades pessoais, mas do fato de descender de uma linhagem de chefes.

Os grupos que vivem no Acre moram em pequenas aldeias, mas possuem um sofisticado sistema de metades, ligado à transmissão de nomes e de identidades.

No alto rio Negro moram os povos das famílias lingüísticastukano e aruák, se definem por uma língua comum, por um território próprio e pela exogamia (casamento fora do grupo), e os filhos pertencem ao clã do pai, e não ao da mãe. Os índios do Rio Negro vivem em sociedades igualitárias, e é possível que assim tenha sido desde sempre, não somente no rio Negro, mas em outras partes da Amazônia.

Vários autores, com base em evidências arqueológicas e em notícias históricas do tempo da conquista, vêm sugerindo que a organização social dos grupos indígenas contemporâneos não corresponde àquela do início do século XVI.

Alguns antropólogos afirmam que as sociedades das margens do Amazonas eram centralizadas e estratificadas; isto é, possuíam chefes supremos com autoridade absoluta sobre diversas aldeias e organização social hierárquica, com diferença nítida entre a elite e o povo.

Na época da conquista, havia na Amazônia representantes de três famílias lingüísticas principais: os Arawák, os Karib e, também os Tupi-guarani.

A maioria dos grupos indígenas atuais fala línguas que pertencem a uma dessas famílias, mas há outras como as famílias Pano, Tukano, Maku e Yanomami, além das línguas isoladas.

A imensa população das margens do rio Amazonas, estimada por alguns autores em 1 milhão de pessoas, entrou em rápido declínio. Em meados do século 18, largos trechos do rio já estavam desabitados.

As aldeias que foram transformadas, por Pombal, em vilas administradas por representantes do Estado, entraram em decadência em todo Brasil, em particular na Amazônia.

Na segunda metade do século XIX, a expansão da sociedade nacional sobre as terras indígenas ganhou novo impulso com o ciclo da borracha. A extração e a comercialização da borracha se tornaram extremamente rentáveis, atraindo investimentos e imigrantes para a Amazônia. Entre 1850 e 1910, a população da região cresceu mais de dez vezes. E com isso, inúmeros grupos indígenas foram afetados.

Houve índios que se envolveram diretamente, extraindo o látex em troca de mercadorias. Outros constituíram forças a serviço dos seringalistas, para invadir territórios de grupos que resistiam ao avanço da economia da borracha.

O ciclo da borracha aprofundou o processo de destruição dos sistemas sociais nativos, em curso desde o início da colonização.

No início da década de 70, o Brasil viveu uma fase de intenso crescimento econômico. Os militares, que haviam tomado o poder em 1964, puseram em prática um plano de integração nacional e de desenvolvimento da Amazônia. Vários projetos para a ocupação da região foram iniciados nesse período. Um dos principais projetos do governo militar foi a construção da rodovia Transamazônica, que cortou inúmeros territórios indígenas.

Povos como os Parakanã, os Panará, os Asurini do Xingu, os Araweté e os Arara, entre outros, se viram obrigados a aceitar o contato direto e permanente com os não-índios.

Atualmente, há apenas dois estados brasileiros nos quais não vivem populações indígenas: Piauí e Rio Grande do Norte. A maior parte das etnias habita na Amazônia Legal, região que inclui nove estados: Amazônia, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Há etnias muito pequenas como a dos arikapu que são apenas 6 em Rondônia, a dos apiaká que são 43 em Mato Grosso e 15 kwazá em Rondônia. Muitas vezes essas pequenas etnias se juntam a outras maiores, para conseguir sobreviver e crescer.

2. A SOCIODIVERSIDADE INDÍGENA NO BRASIL

De modo geral conceitua-se sociodiversidade como: a posse de recursos sociais próprios, de modelos diferentes de autoridade política, de acesso a terra ou de padrão habitacional, de hierarquias próprias de valores ou prestígio. Refere-se também à diversidade da vida nos níveis genéticos da espécie, populacional e dos ecossistemas. É ainda, a diversidade das culturas sociais.

Portanto, a sociodiversidade é inseparável da biodiversidade, de modos de vida, de territorialidade e meio ambiente. Ela engloba uma reflexão conjunta sobre as questões da

terra, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade ambiental, a partir da análise da variedade dos modos de vida contemporâneos.

Entende-se, portanto, sociodiversidade como a complementariedade entre diversidade cultural e biológica, populacional e dos ecossistemas. Conclui-se que ela é um requisito imprescindível para a reprodução das sociedades indígenas nos nichos espaciais e políticos a elas reservadas no panorama global..

A impressão passada pelos conquistadores europeus é a de que os grupos étnicos que não fizeram as mesmas escolhas culturais dos ocidentais, são grupos inferiores, e vem, ainda a noção de que os índios são preguiçosos, ignorantes, perigosos, vingativos, traiçoeiros e por isso, são vistos como selvagens.

Os povos indígenas estão localizados atualmente, praticamente, em todo o território brasileiro, com exceção dos estados do Piauí e do Rio Grande do Norte.

A imensa diversidade cultural presente entre as comunidades indígenas em todo território nacional hoje, dá uma pequena mostra da riqueza de línguas, técnicas e crenças encontradas pelos conquistadores portugueses.

Os povos indígenas, mesmo apresentando uma população bem inferior ao período colonial, encontram-se, hoje, em processo de crescimento, pois tiveram uma população bem mais reduzida entre os anos 60 e 70, quando foram estimados em apenas 150 mil indivíduos. Esta violenta baixa das sociedades indígenas na segunda metade do século XX ocorreu em função dos investimentos em infra-estrutura, por parte dos governos militares, que através de abertura de estradas e construção de usinas e barragens, forçaram contato com grupos isolados, levando doenças, assassinatos e desorganização social (VALADÃO, 1991).

A recuperação demográfica ocorreu em função de diferentes fatores, como a mobilização das organizações indígenas, a demarcação de terras e o ressurgimento de etnias consideradas extintas e tem imposto à sociedade brasileira o desafio de construir práticas dialógicas entre as culturas.

Para a maioria da população é na escola que se constroem as primeiras imagens sobre os povos indígenas, pois após essa fase de escolarização, poucas são as pessoas que tem

acesso e condições de aprofundarem seus conhecimentos sobre os povos indígenas e sobre as diferenças como um todo.

Nesse sentido, o estudo sobre a diversidade cultural dos povos indígenas deve voltar-se tanto para a formação inicial e continuada de professores, quanto para as condições estruturais e para a viabilização de nossa prática pedagógica. Devem, acima de tudo, fazer parte de uma reflexão constante, por parte dos profissionais envolvidos, os valores e pensamentos presentes nos conteúdos programáticos e a na própria postura diante das diversidades culturais e étnicas.

4. OS PRINCIPAIS PRECONCEITOS CONTRA OS POVOS INDÍGENAS

O preconceito é um dos modos de discriminação mais fortes e agressivos que a sociedade brasileira tem como falta de respeito e de consideração para com os povos indígenas. O preconceito contra o índio revela, de nossa parte, uma grande falta de civilidade, de educação, de cultura, de conhecimento, de humanismo, de solidariedade, de fraternidade e até mesmo, de cristianismo, de ver no outro, um companheiro e semelhante. Nem nesse aspecto a sociedade brasileira foi educada e catequizada suficientemente, ao ponto de saber acolher os povos indígenas civilizadamente e fraternalmente.

Frei Francisco Van der Poelofm, afirma em um Artigo escrito em 2005 que, “o preconceito é uma forma de autoritarismo social de uma sociedade doente” (POELOFM, 2015). Esta verdade nos revela mais uma vez a mentalidade autoritária e doente dos colonizadores portugueses, e, de modo geral, dos europeus, de se acharem os donos da verdade, os sabem tudo e de que são superiores aos povos do novo continente.

É lamentável, que nós, os brasileiros não índios, tenhamos herdado essa mentalidade. Isto nos envergonha, por que diante de tantos avanços que tivemos, ainda somos preconceituosos em pleno século XXI, não só contra os índios, mas também contra minorias étnicas, como se fôssemos melhores e superiores a elas.

Normalmente, o preconceito é causado pelo atraso cultural e pela ignorância, isto é, o não conhecimento do outro que é diferente. Por isso o preconceito leva à discriminação, à

marginalização e à violência. Por essa razão, temos que nos unir no combate aos preconceitos, fazendo campanhas educacionais, nas escolas e nos ambientes educacionais, como um todo, a fim de eliminarmos essa desaconselhável prática, causadora de tantos males e de diversas violências em nosso país.

No debate sobre a Raposa Serra do Sol, uma crítica que se faz, é referente à manipulação dos índios, que estariam sendo guiados por ONGs. Isso faz parte do preconceito, da idéia de que os índios são primitivos, incapazes de ter sua própria opinião.

Na medida em que agimos com preconceito contra o outro, seja ele índio, negro ou outra raça qualquer, estamos agindo com racismo ou etnocentrismo, práticas já condenadas há muito tempo pela boa moral e a ética. Por que o racismo e o etnocentrismo é que defendem e praticam a superioridade de povos e raças. Tese já superada a quanto tempo, porque se comprovou cientificamente que não há superioridade de raça ou povo sobre outro, o que há são condições e oportunidades diferentes de vida.

O presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o historiador Márcio Meira, em entrevista ao jornal – O Estado de São Paulo, do dia 20 de abril de 2008, afirmou que o preconceito racial contra os índios está passando por uma fase de “recrudescimento”. Um dos principais fatores dessa situação seria a expansão econômica, especialmente, o agronegócio, em direção às regiões do sertão brasileiro, onde vivem os índios. Segundo Meira, ainda impera em nosso País uma visão de progresso conforme a qual tudo que impede o seu avanço deve ser destruído.

Há vários fatores envolvidos nessa situação. Um dos principais é a expansão econômica pelo território nacional. O Brasil nesses últimos 20 anos vem se transformando radicalmente, do ponto de vista de ocupação territorial, com um forte movimento migratório para os sertões brasileiros, justamente para os lugares onde moram os índios. Isso foi fortemente estimulado de maneira desenfreada na ditadura militar e continua até hoje. Estão indo para lá desde migrantes pobres, garimpeiros, pessoas em situação econômica vulnerável, até grandes grupos do agronegócio.

Outro fator do aumento do preconceito seria o fato de os índios terem assumido o papel de protagonistas na luta por seus direitos, com quase 700 organizações espalhadas pelo Brasil. E as elites brasileiras não aceitam esse domínio.

Historicamente os índios têm sido objeto de múltiplas imagens e conceituações por parte dos não-índios, marcadas profundamente por preconceitos e ignorância, como, dentre vários, alguns dos que seguem abaixo:

1. “Os índios, em geral, são improdutivos e preguiçosos” ou que “a vida do índio é que é boa”.

Essa mentalidade de que os índios são preguiçosos, incapazes, inferiores e primitivos, é consequência de uma visão ambígua da relação dos índios com o trabalho que, é muitas vezes reforçada pelas imagens do índio na rede. O preconceito mostra o desconhecimento da realidade da vida tradicional nas aldeias indígenas, organizada justamente em torno das formas de trabalho.

Por outro lado, as acusações de preguiça derivam de nosso erro em querer julgar a atuação do índio em formas de trabalho que não são de sua vida tradicional, mas sim, as criadas pelo colonizador. Esse preconceito talvez tenha sua origem na maneira pela qual os índios não se adaptaram ao trabalho forçado imposto pelos colonizadores.

Obrigados a trabalhar fora de seu ambiente, os índios perderam suas motivações. Para eles, os fins sociais e políticos do trabalho, que incluem a busca de prestígio e valores estéticos, são mais procurados que os benefícios econômicos prezados pelos não-índios.

2. Outro preconceito é o de que “os índios vivem famintos, na miséria”.

Certamente, um dos motivos deste preconceito, é porque a sociedade nacional não entende que na cultura indígena, eles não precisam acumular nada, pois tudo pode ser produzido no momento em que for necessário. Os povos indígenas possuem, de certa forma, uma ‘lei do mínimo esforço’. Os antropólogos já mediram o tempo de trabalho dos homens yanomami, que a cada dia dedicam uma hora e meia às tarefas de subsistência. Todos

contribuem para o provento necessário à família e à comunidade, segundo a divisão do trabalho.

3. A visão que concebe o índio como ligado à natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz ou incapaz de compreender o mundo branco com suas regras e valores.

É importante frisar que essa visão romântica sobre os índios, presente desde a chegada dos portugueses no Brasil, perdura até os dias de hoje e tem fundamentado toda a relação tutelar e paternalista entre os índios e a sociedade nacional, institucionalizada pelas políticas indigenistas, como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, atualmente, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Nesta visão o índio é percebido como uma vítima e um coitado que precisa de tutor para protegê-lo e sustentá-lo.

4. Há a perspectiva sustentada pela visão do índio cruel, bárbaro, canibal, selvagem, traiçoeiro e tantos outros adjetivos e denominações negativas.

Essa visão também surgiu desde a chegada dos portugueses, através, principalmente, do seguimento econômico, que queria ver os índios totalmente extintos para se apossarem de suas terras para fins econômicos.

As denominações e os adjetivos eram para justificar suas praticas de massacre, como autodefesa e defesa dos interesses da coroa portuguesa. Ainda hoje essa visão continua sendo sustentada por grupos econômicos que têm interesses pelas terras indígenas e pelos recursos naturais nelas existentes.

Na Carta Pública aos Presidenciáveis, escrita pela Articulação dos povos Indígenas do Brasil – APIB, uma, das várias reflexões postadas, foi a seguinte:

“Depois de mais 20 anos em que a Constituição Federal reconheceu o caráter multiétnico e pluricultural do país, portanto, o nosso direito à diferença e todos os direitos nela consagrados, lamentavelmente os nossos povos continuam sendo vítimas de um contexto político adverso, marcado pelo preconceito, a discriminação e o racismo de uma sociedade etnocêntrica, pretensamente monocultural, homogeneizante, e de um Estado preso à “razão” instrumental do mito do “mercado” e de um tipo de desenvolvimento e extrativismo marcado pelo sonho do

crescimento ilimitado baseado na destruição da Mãe Natureza”. (ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2010)

Os índios são taxados por esses grupos como empecilhos ao desenvolvimento econômico do país, pelo simples fato de não aceitarem se submeter à exploração injusta do mercado capitalista.

Os representantes do latifúndio, do agronegócio, das mineradoras, das madeireiras, dos grandes empreendimentos ou dos próprios governos têm se articulado para reverter os direitos constitucionais dos povos indígenas e tomar por assalto as terras indígenas e os recursos naturais, hídricos, da biodiversidade e outras potencialidades, incluindo uma das maiores diversidades étnicas do planeta, que há milhares de anos preservamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar desses mais de quinhentos anos de conquista, a população brasileira ainda desconhece a imensa sociodiversidade indígena existente neste imenso Brasil. Desconhece seus índios. A maioria das pessoas desconhece até mesmo quantos povos ou quantas línguas indígenas existem. Mas existem razões para isto.

A primeira, é que existem poucos espaços para a expressão dos índios no cenário cultural e político do país. Vivendo a maioria deles em locais de difícil acesso, com condições quase que exclusivamente orais de comunicação, as diferentes etnias encontram dificuldades para se expressar no mundo dos não-índios. Sua cultura e pontos de vista são tomados geralmente fora dos contextos onde vivem. Das cerca de 170 línguas, no máximo a metade, talvez, tenha sido objeto de pesquisa por parte de lingüísticas e a maior parte dos resultados, em geral teses acadêmicas, não está publicada e nem é acessível.

Segundo: o público leigo interessado em conhecer mais a respeito dos índios está diante de um vácuo cultural e tem que se contentar com uma bibliografia precária, quando não preconceituosa e desinformada.

Também na imprensa, apesar do interesse da mídia pelos índios nos últimos anos, o que se informa, e, portanto, o que se sabe e se aprende sobre o assunto, são versões jornalísticas de fatos isolados, fragmentados, histórias superficiais e imagens genéricas.

Sendo assim, a idéia de quem sejam os índios e seu modo de viver e de pensar tem sido transmitida de maneira displicente, não apenas pela mídia escrita, como também pela televisão, pelo rádio e pelos professores, apoiados em livros mal preparados.

Nem sempre, contudo, esta imagem corresponde à realidade dos diferentes grupos indígenas brasileiros. Geralmente a imagem que se tem dos índios é a de que são simplistas, que são primitivos e distantes de nossa cultura.

Constata-se, por meio desta investigação, que os povos indígenas continuam sendo tachados não só de entraves ao chamado desenvolvimento e progresso do país, mas como ameaça à integridade e unidade política e territorial do Estado brasileiro. Portanto, se faz extremamente necessário.

Nesse contexto, ganha vulto a proposta de construção de uma cultura de tolerância entre os povos e valorização das diferenças culturais, onde a educação é reconhecida como uma das instâncias formadoras da cidadania, na medida em que enfrenta a discussão da diversidade cultural presente na escola. Esta reflexão tem impacto na luta pelo reconhecimento e respeito às práticas sócio-culturais dos grupos étnicos, colocando para a educação o desafio de pensar sua ação educativa e o respeito à imagem indígena.

REFERÊNCIAS

AZANHA, Gilberto & VALADÃO, Virgínia Marcos. **Senhores destas terras – os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias**. Coleção história em documentos. São Paulo: Atual, 1991.

BARRETO FILHO, Henyo trindade. **Sociedades Indígenas: Diversidade Cultural Contemporânea no Brasil**. Brasília: FUNAI/CEDUC, A1996.

BORBA, Telêmico. **Actualidade indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

FARO, Victor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

FAUSTO, Carlos. **“história”**. In: **Índios no Brasil**> Brasília: MEC/SEED/SEF. 2000.

ÍNDIOS DO BRASIL 1,2 3/Secretaria da Educação a Distância/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC;SEED: SEF, 2001.

LUCIANO, Gerson dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de § FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

PAGLIARO, H; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. **Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico.**

RAMOS, AlcidaR. **Sociedade Indígenas.** São Paulo: Ática, 1986.

RIBEIRO, Berta. **Arte indígena, linguagem visual.** Belo Horizonte (Coleção Reconquista do Brasil), 2 série): Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1989.

SOUSA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos Povos Indígenas para o Direito.** 1ª e 2ª Ed. Curitiba: Juruá, 1999.